

O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE VILA FLORES, RS

CULTURAL TOURISM DEVELOPMENT IN THE MUNICIPALITY OF VILA FLORES, RS

Sandra Beatriz Rathke¹

Luisa Gertrudis Durán Rocca²

RESUMO

Este artigo visa avaliar o processo de desenvolvimento do turismo no município de Vila Flores, localizado no Rio Grande do Sul, a partir da relação de conceitos sobre patrimônio, turismo cultural e turismo de experiência. Vila Flores integra a rota turística Termas e Longevidade, por iniciativa da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), instância de governança regional (IGR), que desenvolveu o turismo na região com base no projeto de economia da experiência de Pine II e Gilmore (1999). O projeto foi implementado de forma pioneira na região da uva e vinho da serra gaúcha, pela parceria entre Ministério do Turismo, Sebrae e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), sob a gestão do Instituto Marca Brasil. O turismo cultural e de experiência de Vila Flores tem buscado fomentar ações e estratégias de preservação, manutenção e difusão do patrimônio cultural local, alinhado ao desenvolvimento econômico, em cooperação entre poder público, privado e grupos culturais. Salienta-se articulação de uma gestão equilibrada

1 Mestranda em Museologia e Patrimônio na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Memória e Acervos pela Faculdade Internacional Signorelli (FISIG). Bacharela em Biblioteconomia pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Câmpus Veranópolis.

2 Professora associada do Departamento de Arquitetura da UFRGS e professora permanente do Programa de pós-graduação em Museologia e Patrimônio FABICO/UFRGS. Pesquisadora Residente do Instituto de Estudios Avanzados da Universidad Nacional del Litoral - IEA-UNL Santa Fe/ Argentina e do CEGOV - Centro de Estudos sobre Governo da UFRGS. Membro do GPIT (Grupo de Pesquisa Identidade e Território do PROPUR-UFRGS) e do GEMMUS (Grupo de Pesquisa em Memória, Museus e Patrimônio do PPGMUSPA). Arquiteta formada pela Universidad de Los Andes, Bogotá - Colômbia (1988); Realizou estância em Arquitetura de Museus no Ministério da Cultura da Espanha em Madri (1996); Especialista em conservação e restauração de monumentos e conjuntos históricos - CECRE-UFBA, Salvador- BA (1998); Mestre em Teoria, História e Crítica da Arquitetura, PROPUR- UFRGS, Porto Alegre - RS (2002); Doutora em Planejamento Regional e Urbano PROPUR- UFRGS, Porto Alegre - RS (2009) e residência pós-doutoral no Instituto de Estudios Avanzados da Universidad Nacional del Litoral IEA-UNL (Santa Fe-Argentina, 2022) Realiza pesquisas no campo do patrimônio edificado (redes de povoados, centros e conjuntos históricos, arquitetura vernáculo, arquitetura moderna e arquitetura de museus) e história da Arquitetura e Urbanismo do período colonial. Experiência profissional em gestão e intervenção do patrimônio edificado. Trabalhou nos Ministérios da Cultura e de Obras Públicas da Colômbia (Bogotá, 1989 a 2000), UNESCO_ Monumenta e IPHAN-RS (Porto Alegre, 2003 a 2009)

entre patrimônio e turismo para minimizar possíveis riscos ao patrimônio cultural, observando as recomendações de cartas e convenções patrimoniais propostas por instituições e organizações como ICOMOS e UNESCO.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Turismo cultural. Turismo de experiência. Município de Vila Flores.

ABSTRACT

This article evaluates the tourism development process in the municipality of Vila Flores, located in Rio Grande do Sul, based on the relationship between concepts of heritage, cultural tourism, and experiential tourism. Vila Flores is part of the Termas e Longevidade tourist route, an initiative of the Serra Nordeste Tourism Association (Atuaserra), regional governance body (IGR), which developed tourism in the region based on the experience economy project by Pine II and Gilmore (1999). The project was implemented in a pioneering manner in the grape and wine region of serra gaúcha, through a partnership between the Ministry of Tourism, Sebrae, and the Union of Hotels, Restaurants, Bars and Similar Establishments (SHRBS), under the management of Institut Marca Brasil. Cultural and experiential tourism in Vila Flores has sought to promote actions and strategies for the preservation, maintenance, and dissemination of local cultural heritage, aligned with economic development, in cooperation between public and private authorities and cultural groups. It is important to highlight the articulation of balanced management between heritage and tourism to minimize possible risks to cultural heritage, observing the recommendations of heritage charters and conventions proposed by institutions and organizations such as ICOMOS, and UNESCO.

Keywords: Cultural heritage. Cultural tourism. Experience tourism. Municipality of Vila Flores.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo avaliar o processo de desenvolvimento do turismo cultural e de experiência no município de Vila Flores, localizado na serra gaúcha, no Rio Grande do Sul, a partir da relação de conceitos dos campos de turismo e patrimônio cultural. Nesse contexto, a relação entre turismo e patrimônio deve prever estratégias de gestão e desenvolvimento sustentável com a participação de agentes culturais, e, sobretudo, da comunidade local, de modo a possibilitar a sustentabilidade nos territórios regionais e locais e a preservação do patrimônio arquitetônico, natural, histórico e cultural. Gonçalves observa que:

O mercado, seja como adversário, seja como aliado, sempre esteve presente, de modo implícito ou explícito, nos discursos e políticas de patrimônio. Mas nas últimas décadas é possível perceber uma intensificação dessas relações, especialmente no que se refere ao turismo (Gonçalves, 2015, p. 220).

Gonçalves (2003) sinaliza que o patrimônio, material e imaterial, pode ser designado como categoria de pensamento e constituir-se em estratégia turística, de formação de subjetividades individuais e coletivas, e de reivindicações de natureza política e econômica, associados a “modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro” (Gonçalves, 2015, p. 218). Nesse sentido, a perspectiva de uma governança sustentável para a preservação e valorização do patrimônio arquitetônico, cultural, natural e histórico, que promove a economia territorial com base em saberes, tradições e heranças culturais no contexto do turismo cultural, tem sido utilizado como referência para destinos turísticos com base em uma gestão estratégica integrada entre poder público, privado e grupos culturais.

É, portanto, basilar que grupos sociais que detêm o conhecimento de uma herança cultural sejam inseridos em uma abordagem participativa, desde a fase de planejamento até a gestão econômica, interpretativa e de transmissão dos saberes, fazeres e práticas culturais. Vila Flores participa de projetos baseados em economia da experiência, com outros destinos turísticos, que se tornaram referência no município e no Brasil. Um fator importante a se considerar neste processo é a cooperação entre lideranças e governança local, com formação de comitês de gestores locais e comitê nacional, capacitação de empreendedores e grupos culturais, consolidando um verdadeiro ecossistema regional de turismo.

1 RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO CULTURAL E DE EXPERIÊNCIA EM SÍTIOS URBANOS DE PEQUENO PORTE

Delimitou-se no campo patrimonial os sítios urbanos e rurais de pequeno porte, para verificar como ocorre a relação entre patrimônio, turismo cultural e de experiência. Em sítios urbanos de pequeno porte verificam-se potencialidades em torno à identificação e gestão do patrimônio, tais como a relação estreita entre meio natural e áreas rurais circundantes, o espaço construído, o patrimônio imaterial e as referências culturais, a transmissão contínua de valores culturais e de sentimentos, de geração a geração, e a existência de um capital social expresso nas relações de proximidade, solidariedade e confiança entre os habitantes (Schneider, 2017). A resistência à globalização e ao modo de vida nas grandes cidades termina favorecendo a formação de um imaginário e o desejo por conhecer e experienciar esses lugares. Conforme recomenda Varine (2013), esses fatores, quando bem equalizados, podem contribuir com a fruição democrática e o desenvolvimento sustentável desse patrimônio local, que gerenciado de baixo para cima se torna um recurso patrimonial ao serviço do desenvolvimento sustentável.

Porém, os sítios urbanos de pequeno porte apresentam vulnerabilidades que podem oscilar entre extremos como: lugares descontextualizados, estagnados, à margem das dinâmicas socioeconômicas ou em declínio populacional e que não têm capacidade de reter a população jovem pela falta de ofertas de desenvolvimento pessoal; locais que perderam seus valores identitários ainda que apresentem dinamismo e, aparentemente, conservam seu patrimônio em decorrência de processos de êxodo da população e/ou gentrificação, causados entre diversos fatores como o turismo predador, bem como a subsequente especulação imobiliária. Sob tal aspecto, deve-se evitar a gentrificação, ou seja, a transformação de áreas urbanas pela saída da população local, e facilitar a permanência da população com oferta de moradia e serviços acessíveis para o dimensionamento do turismo em proporção adequada com o uso residencial. Também deve existir controle das residências temporárias destinadas ao turismo buscando que os ganhos dessa atividade revertam na preservação do patrimônio e dos valores ambientais e culturais que o fundamentam. A denominada arquitetura do espetáculo (Jacques, 2003) tem grande responsabilidade neste aspecto.

Ainda que o turismo cultural enfatiza seu compromisso com a sustentabilidade – econômica, ambiental e sociocultural – na prática, não deixa de produzir um mercado patrimonial cujos impactos sobre a localidade receptora e sobre o patrimônio podem ser tanto positivos como negativos (Silva, 2000). As consequências negativas têm a ver com a massificação turística capaz de intensificar adversidades como a deterioração do patrimônio material, a perda de identidade cultural e do patrimônio imaterial, e como mencionado, a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida e a consequente saída da população local. A mercantilização da cultura sem ter em consideração seu impacto nas localidades receptoras têm sido associada ao enobrecimento de zonas históricas e à *McDonaldização* da sociedade (Ferreira, 2013). Patrimônio e turismo é uma combinação frágil e complexa porque em muitos casos o turismo passa de agente de desenvolvimento a ameaça ao objeto que o motiva.

Em vista disso, dentre as cartas patrimoniais e convenções da Unesco encontram-se suficientes fundamentos conceituais para a gestão patrimonial de sítios urbanos de pequeno porte. A valoração e proteção de sítios urbanos em geral adquiriu relevância a partir da Carta de Veneza (Icomos, 1964). Sua maior contribuição foi passar da escala arquitetônica individual e monumental, consagrada na Carta de Atenas (Icom, 1931), ao âmbito do conjunto e do entorno, seja modificado ou natural. Em 1972, a Convenção de Patrimônio Mundial, Natural e Cultural (Unesco, 1972), além da universalização do patrimônio institucionalizado, teve o grande mérito de relacionar em um mesmo documento a conservação da natureza e a preservação dos

bens culturais. Posteriormente, houve avanços significativos, ao incorporar o conceito de paisagem cultural nas guias operacionais, pelo entendimento da paisagem como um processo dinâmico e histórico.

Em 2011, com a Recomendação da Paisagem Histórica e Urbana (Unesco, 2011) foi salientada a natureza sistêmica dos sítios urbanos, indissociáveis de seu substrato natural. A Recomendação de Nairóbi, relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea adotada pela 19ª Conferência Geral da Unesco em 1976, comenta da importância das atividades humanas pela relação que têm com o espaço físico, e avisa do risco da uniformização dos assentamentos a partir da universalização de técnicas construtivas e de formas arquitetônicas contemporâneas em detrimento de valores específicos das arquiteturas tradicionais (Unesco, 1976).

A Declaração de Tlaxcala (1982), documento resultante do 3.º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações”, destaca que a conservação e reabilitação de pequenas aglomerações é “uma obrigação moral e uma responsabilidade dos governos de cada Estado e das autoridades locais” (Cury, 2004, p. 266) e “um direito das comunidades participarem das decisões que dizem respeito à conservação do seu habitat, intervindo diretamente no processo de realização” (Cury, 2004, p. 266). Com a mesma importância da Convenção de Patrimônio Mundial, em 2003, foi proposta a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Unesco, 2003), que permite identificar e proteger práticas culturais como “fonte de diversidade cultural e garantia o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2003, p. 3), em estreita relação com os lugares aonde ocorrem. Esta perspectiva em parte é um desdobramento da Conferência de Nara (Unesco; ICCROM; Icomos, 1994) que relativiza a questão da autenticidade. Por último destacamos a Declaração de Quebec sobre a preservação do espírito do lugar (Icomos, 2008) porque sublinha o papel das comunidades e da vida social e a integração entre os elementos tangíveis e intangíveis.

Como observado nos documentos supracitados, pela integração de diferentes escalas, dimensões e o dinamismo inerente, o patrimônio passou a ser incorporado ao paradigma da sustentabilidade em todas as suas variáveis: ambiental, econômica, cultural e social. Da relação entre patrimônio e turismo, o marco referencial inicial ao nível internacional é o relatório conhecido como Normas de Quito, resultado da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, promovida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1967. O documento centrou-se na valorização do patrimônio cultural como insumo para o turismo, a partir de medidas legais e técnicas para a des-

tinção turística dos lugares com valor patrimonial. A ideia fundamental era lograr que investimentos econômicos favorecessem simultaneamente a conservação do patrimônio e o desenvolvimento turístico, contribuindo para a melhoria das comunidades. O que na época foi uma solução tomou rumos e dimensões impensáveis, pois o turismo passou, em duas décadas, a representar uma ameaça para o patrimônio, chegando aos extremos que acompanhamos atualmente em locais de interesse cultural e escala mundial (Oliveira; Durán Rocca, 2019).

Por outro lado, o turismo permite que o patrimônio cultural seja mediador no processo educativo, facilitando sua apropriação e a consequente elevação na autoestima da comunidade local. Outro parecer decorrente das Normas de Quito é o que apresenta o turismo como fonte de divisas para o patrimônio e a infraestrutura da localidade. Essa ideia aparece precedida pela suposição de que a conservação e preservação do patrimônio é uma carga econômica pesada para o Estado e para os proprietários (Rodrigues; Vieira; Teixeira, 2014). Assim, o lado incômodo do patrimônio cede ante a possibilidade de motivar o interesse turístico, favorecendo os serviços e a infraestrutura, beneficiando tanto os visitantes como a população local. O almejado equilíbrio entre turismo e patrimônio somente é possível quando o desenvolvimento não agride o objeto de interesse e facilita as ações de preservação, conservação e interpretação de forma integrada, visando “um real entendimento da importância do significado desses bens, para evitar que o patrimônio se torne um mero objeto de consumo” (Scifoni, 2006, p. 65).

Brito (2019) destaca a necessidade em avaliar até que ponto os atrativos justificam preparar um território para acolhida turística, levando-se em consideração os fluxos de visitantes, dentre aos quais: analisar a situação do destino na perspectiva dos atores sociais internos (residentes, agentes locais, administração, setor empresarial local) e externos (turistas, excursionistas, operadores de turismo); preparar o local para a cidadania com infraestrutura de hospitalidade (sinalização, centro de visitantes, centro de interpretação de monumentos, zonas de estacionamento); e tornar o patrimônio cultural acessível a todos, tanto aos residentes quanto aos visitantes.

À vista disso, as convenções e cartas patrimoniais resultantes de reuniões de especialistas apresentam diretrizes importantes que permeiam a promoção da diversidade cultural, educação patrimonial, sustentabilidade e cooperação entre poder público, privado e a comunidade local, de modo a assegurar a valorização e a preservação do patrimonial cultural. O turismo, portanto, deve promover o desenvolvimento territorial e regional com base no patrimônio histórico, natural e cultural, trazendo uma perspectiva inclusiva, sustentável e inovadora.

2 O CONTEXTO TURÍSTICO DE VILA FLORES, RS

O município de Vila Flores integra a “Região Uva e Vinho” da Associação de Turismo da Serra Nordeste (Atuaserra), instância de governança regional (IGR), com outros 31 municípios, cuja finalidade é promover e impulsionar o turismo regional como política pública de governança (Atuaserra, 2022). Nesse contexto, Vila Flores, conhecido como a “Terra da fé, pão e vinho”, integra o “Roteiro Turístico Termas e Longevidade” desde a década de 90, com os municípios de Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves e Veranópolis. Em 2006, foi desenvolvido e implementado de forma pioneira no Brasil, o projeto economia da experiência, na região da uva e vinho, na serra gaúcha, pela parceria entre Ministério do Turismo (MTur), Sebrae e Sindicato dos Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (SHRBS), sob a gestão do Instituto Marca Brasil, criando a marca comercial “Tour da Experiência” (Souza; Saad, 2010, p. 18), envolvendo ao todo sete municípios: Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Cotiporã, Garibaldi, Nova Prata, Veranópolis e Vila Flores.

A ideia de implementação do projeto teve seu aporte teórico fundamentado na obra “Sociedade dos sonhos”, de Rolf Jensen (1999), que observa o elemento emocional e o valor contido nas histórias locais como componentes agregadores na oferta de serviços e produtos. Outra obra que fundamentou o projeto foi “Economia da Experiência” de Pine II e Gilmore (1999), cujo objetivo centra-se em proporcionar experiências únicas e memoráveis aos turistas em uma abordagem empresarial (Souza; Saad, 2010). Como destacam Pine II e Gilmore: “Uma experiência ocorre quando uma empresa usa intencionalmente serviços como palco e mercadorias como acessórios para engajar clientes individuais de forma a criar um evento memorável” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99).

Para os autores o tema deve direcionar todos os elementos de design e de eventos para criar um enredo unificado de experiência que cativa o cliente. Atributos do ambiente, por exemplo, podem incluir temperatura, cheiro, ruído, música, iluminação, design, arquitetura. Por outro lado, o elemento interação pode proporcionar experiências agradáveis tanto na relação do turista com os receptores/residentes quanto na interação turista e turista. Pine II e Gilmore observam que as experiências são inerentemente pessoais para o indivíduo que se envolve em um nível físico, emocional, intelectual ou espiritual. “Assim, duas pessoas não podem ter a mesma experiência, porque cada experiência deriva da interação entre o evento encenado (como uma peça teatral) e o estado de espírito do indivíduo” (Pine II; Gilmore, 1998, p. 99). Os autores definiriam a experiência em quatro dimensões: entretenimento, educação, escapismo e estética. Experiências

de entretenimento implicam uma participação mais passiva e de absorção; educação implica experiência ativa e de absorção; escapismo proporciona experiência ativa e de imersão; e estética, passiva e de imersão. Pine II e Gilmore (1998) também apresentam cinco principais princípios de design de experiência para criar experiências memoráveis: ter um tema bem definido associado ao design de experiência que proporciona resultados duradouros e memoráveis; criar impressões positivas que forneçam pistas memoráveis baseadas no tema do design; eliminar sinais negativos que diminuam, contradiz ou desvia a atenção do tema; criar demandas de recordações memoráveis das experiências positivas como cartões postais, camisetas, lembranças; e envolver os cinco sentidos em uma experiência (tato, cheiro, som, visão, sabor).

A partir do conceito de experiência, o turismo vem se desenvolvendo com base em características territoriais que envolvem a cultura, o patrimônio, a paisagem, a educação patrimonial e a interação social com as populações anfitriãs para proporcionar experiências memoráveis — emocionais, sensoriais, espirituais. “O turista que busca experiências é aquele que quer fugir, descobrir, curtir e se conectar com a população local e seus costumes; mais do que comprar pacotes turísticos, compram-se histórias para viver e contar” (Rivera Mateos, 2013, p. 200). O autor observa a contribuição que o turismo experiencial pode proporcionar aos turistas de forma satisfatória e enriquecedora por meio das relações sociais e interculturais, capaz de promover a diversidade, o autoconhecimento e o conhecimento do outro.

Por ser bem-sucedido, entre 2008 e 2009, a metodologia do projeto de economia da experiência foi retomada e expandida para outros destinos turísticos brasileiros como Belém-PA, Bonito-MS, Costa do Descobrimento-BA e Petrópolis-RJ. O projeto baseia-se numa rede de cooperação de empreendimentos inovadores, incluindo a valorização das peculiaridades históricas e culturais de cada região. A região da uva e vinho foi incluída na fase de continuidade do projeto de economia da experiência, para retomar etapas anteriores e implementar novas etapas como a gestão mercadológica e a sustentabilidade, com o tema “Um brinde à natureza e à cultura. Experimente...” (Souza; Saad, 2010, p. 121). As etapas metodológicas do projeto incluíram: 1. Ações preparatórias de sensibilização e mobilização com lideranças regionais, governança local e possíveis parceiros como grupos culturais, artesãos e associações de profissionais; 2. Reconhecimento da situação atual que “buscou a identificação das principais características do destino, tais como seus aspectos sócio-culturais, seu patrimônio natural, seu sistema de organização, assim como o nível de seu desenvolvimento turístico” (Souza; Saad, 2010, p. 29); 3. Apresentação e desenvolvimento do conceito de economia de experiência com “palestras, *workshops* e uma via-

gem técnica para *benchmarking* dos empresários envolvidos” (Souza; Saad, 2010, p. 35); 4. Aplicação do conceito com encontros individuais entre consultores e empreendedores que resultou no Plano de Inovação; 5. Gestão mercadológica com “estratégias de comercialização e divulgação dos novos produtos e serviços” (Souza; Saad, 2010, p. 37); 6. Definição de ações de sustentabilidade do projeto com a criação de um Comitê Gestor Nacional e Comitês Locais. Nesse contexto, o município de Vila Flores vem atuando em uma estratégia de proporcionar uma experiência memorável por meio do patrimônio histórico, natural e cultural, tendo como elementos temáticos a história e a cultura italiana.

Alinhado a essas diretrizes, em maio de 2023 foi aprovada a Lei Municipal n.º 2.625 que institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033. As metas e estratégias propostas no plano municipal de cultura de Vila Flores resultam em propostas discutidas na I Conferência Intermunicipal da Cultura, realizada na cidade de Nova Prata em 2009, norteando 5 eixos temáticos: Eixo I – Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo II – Cultura, Cidade e Cidadania; Eixo III – Cultura e desenvolvimento sustentável; Eixo IV – Cultura e Economia Criativa; Eixo V – Gestão e Institucionalidade da Cultura (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023, p. 5). Cabe destacar algumas metas importantes deste plano do eixo II, a saber:

2.1 Promover a utilização turística do espaço urbano e rural de Vila Flores; **2.2.** Estruturar e implementar o Circuito do Turismo Cultural de Vila Flores; **2.3.** Desenvolver uma política de valorização dos monumentos e espaços públicos do Centro Histórico de Vila Flores, assim como das paisagens rurais; **2.4** Realizar estudos para viabilizar a candidatura de Vila Flores, junto ao IPHAN, a chancela de Paisagem Cultural; [...] **2.6** Realizar o inventário do Patrimônio material e imaterial ainda existente em Vila Flores; **2.7** Promover ações de reconhecimento, através do registro e tombamento municipal, dos bens culturais (materiais e imateriais) da cidade de Vila Flores, destacando a possibilidade de receber a chancela de paisagem cultural; [...] **2.12.** Fomentar, no município, a criação de museus e centros culturais que trabalhem no campo da memória; [...] **2.14.** Implementar o Arquivo Público de Vila Flores [...] **2.15.** Implantar um Programa Municipal de Educação Patrimonial [...] (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2023, p. 8-10).

Em análise a essas metas, percebe-se que o turismo cultural de Vila Flores tem buscado fomentar ações e estratégias de preservação, manuten-

ção e difusão do patrimônio cultural local, alinhado ao desenvolvimento turístico. Salete Fiori (2024) relata que a consolidação do turismo em Vila Flores iniciou em 1997, quando ela esteve à frente do turismo, e a prefeitura municipal se filiou à Atuaserra. Na época foram realizadas diversas capacitações e reuniões com empreendedores, poder público e a população, inclusive comunidades do interior. Foi realizado um levantamento das potencialidades culturais e naturais de Vila Flores. Algumas pessoas que tinham interesse em desenvolver o turismo em suas propriedades acabaram não tendo condições, enquanto outros que tinham condições não se interessaram. É dessa época que o Filó se consolida como evento turístico e impulsiona o turismo no município. “Filó foi o pioneiro que começou a atrair por ser uma vivência cultural histórica cultural” (Fiori, 2024). Salete explica que Vila Flores está em primeiro lugar de atração turística dos municípios que integram o roteiro Termas e Longevidade. Tal fato se dá principalmente pelos elementos históricos culturais associados ao turismo.

3 RECURSOS PATRIMONIAIS EM VILA FLORES, RS

Vila Flores fica localizada na serra gaúcha, na Encosta Superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, Brasil, e tem uma população estimada de 3.646 habitantes (IBGE, 2022). Foi declarada como Capital Estadual do Filó pela Lei n.º 14.949, de 10 de novembro de 2016 (Rio Grande do Sul, 2016) e, recentemente, pela Lei municipal n.º 2541, de 5 de julho de 2022, a língua *ta-lian* ficou instituída como língua cooficial do município de Vila Flores (Prefeitura Municipal de Vila Flores, 2022). O contexto histórico de Vila Flores-RS, teve sua origem no povoamento da colônia Alfredo Chaves, antiga Roça Reúna, fundada em 1884 por Dr. Júlio da Silva Oliveira, chefe da comissão para divisão das terras, abrangendo em seu território monte Vêneto (Cotiporã), Bela Vista (Fagundes Varela), Pinheiro Seco (Vila Flores) e Capoeiras (Nova Prata). Em 1898, Alfredo Chaves foi desmembrado de Lagoa Vermelha e elevado à categoria de município autônomo, passando a chamar-se Veranópolis (IBGE, 2011). Em 1920, Pinheiro Seco passou a denominar-se Vila Flores, em homenagem à família Fiori, uma das primeiras famílias de imigrantes italianos a estabelecer-se no local. Já em 1955, Vila Flores foi elevada à categoria de Distrito de Veranópolis, pela Resolução 240/55. Somente em 1988, pela Lei Estadual n.º 8.627/88, Vila Flores desmembrou-se de Veranópolis, passando à categoria de município (IBGE, 2011).

As primeiras famílias italianas e polonesas chegaram por volta de 1885 na então colônia de Alfredo Chaves e Pinheiro Seco (Costa, 1998). Nos primeiros anos de colonização, os imigrantes sobreviveram de atividades agrícolas com as sementes que receberam do Governo Imperial, ao mesmo

tempo, em que precisavam recorrer à caça para se alimentarem (Battistel; Costa, 1982). À medida que os imigrantes foram progredindo com uma economia baseada na agricultura surgiram também as primeiras indústrias e comércios em Pinheiro Seco como olarias, moinhos, engenhos para aproveitamento de madeira, ferrarias, carpintarias, sapataria e curtume, indústria de laticínios, frigorífico, atafona³, alfaiataria, transportes e casas de pasto (Longhi; Rigo, 1981). O transporte de madeira na época era realizado pelos balseiros que desciam pelo Rio das Antas até Porto Alegre. Do mesmo modo, carreteiros e tropeiros transportavam porcos, banha e mercadorias produzidas pelas indústrias locais até Montenegro (Longhi; Rigo, 1981). Pela sua localização entre Alfredo Chaves e Capoeiras, Pinheiro Seco serviu como local de pouso e alimentação para tropeiros e carreteiros que passavam pela região. Esses descansavam em casas de pasto, uma espécie de pousada/hotel, que também forneciam serviços de ferragem para os animais de tração e de montaria. A mais importante casa de pasto da época é o da Casa Fiori, ainda em funcionamento, hoje como casa do pão (padaria).

O crescimento populacional de Vila Flores ocorreu naturalmente como em tantos outros povoados de imigração italiana, por meio de uma organização social que se formou em torno de uma capela. Devido à falta de padres no início da colonização italiana, as cerimônias religiosas eram conduzidas por um “padre leigo” escolhido pela comunidade dentre aquele imigrante que sabia ler e escrever razoavelmente e possuía alguma instrução religiosa. Assim, as práticas religiosas delinearão a formação das comunidades italianas como a reza do terço em família ou em comunidade e as procissões religiosas (Longhi; Rigo, 1981). A devoção dos imigrantes italianos deu origem a várias capelas nas colônias, com nomes de santos de sua devoção, formando uma estrutura social peculiar.

Vila Flores contempla recursos patrimoniais materiais e turísticos urbanos e rurais⁴, como parques, capelas, casas de família transformadas em lugares de turismo, e a própria paisagem natural da região, cercada por uma exuberante natureza. Na área urbana, os principais recursos incluem a Igreja matriz, a Vila Capuchinhos, a Vila do Pão, a Casa do Artesão, o Paradoro Lagos Vila Parque, além do restaurante Mascaron Paradoro decorado com objetos antigos em homenagem à história da imigração italiana. Localizada no centro, destaca-se a Igreja Santo Antônio que deu origem à

3 Engenho de moer grãos. “A atafona industrializava a mandioca, extraindo da mesma a farinha, o polvilho, a tapioca, sagú e outros derivados, que eram consumidos no próprio lugar, sendo que os excedentes eram enviados para fora, a fim de serem comercializados” (Longhi; Rigo, 1981, p. 41).

4 A paisagem urbana e rural pode ser acessada pelo *Tour Virtual Vila Flores*, RS. Disponível em: <https://serratourvirtual.com/360/vilaflores/>.

história de Vila Flores com a chegada dos primeiros imigrantes, de início com a construção de um capitel, depois a capela e, em 1951, com a fundação da paróquia. Em 2018, pela Lei municipal nº 2216, de 18 de setembro de 2018, a praça junto à igreja matriz recebeu o nome do Frei Adelar Primo Rigo⁵.

Figura 1 – Paróquia Santo Antônio



Fonte: Acervo particular, 2023.

Ao lado da paróquia Santo Antônio localiza-se a Vila dos Capuchinhos, que abrigou um seminário construído a partir de 1946, e inaugurado em 15 de março de 1949. Na década de 1970, o seminário passou por reformas, sendo reinaugurada em 1982. Em 2000, o seminário transformou-se em um complexo turístico com enoturismo, águas termais, acomodações aconchegantes e passeio ao Picolo Jardim ao som de cantos gregorianos (Vila Capuchinhos, 2023). Junto à Vila tem a capela *Chiesa dela Porciúncula*, “pequena igreja abandonada e em ruínas, dedicada a Santa Maria dos Anjos, numa pequena ‘porção de terra’, próximo de Assis, restaurada por Francisco, onde viveu e morreu em 1226⁶”.

⁵ Informações fixadas na placa turística.

⁶ Informações do quadro localizado ao lado da entrada da capela.

Figura 2 – Vila Capuchinhos



Fonte: Acervo particular, 2023.

A Casa Fiori, das primeiras famílias que se estabeleceram no local, e hoje na quinta geração, fica localizada no centro de Vila Flores. A casa foi edificada em 1913, com tijolos feitos à mão e secos ao sol, por Joaquim e Antonia Fiori. O estabelecimento funcionou como casa de secos e molhados⁷, casa de pasto para os tropeiros, casa de encontros e festividades, e hospedou políticos como Leonel Brizola⁸. Desde 1996, a casa foi transformada em padaria com venda de produtos coloniais, pães,ucas, biscoitos, bolos, geleias, vinhos, cafés, salgados e outros produtos. A Vila do Pão mantém em exposição objetos, fotografias e mobiliários da família Fiori, com mesas próximas às exposições enquanto o visitante saboreia um café.

⁷ Armazém que vendia alimentos, tecidos, botões, louças, roupas, ferragens, bebidas, doces, pão, entre outros produtos.

⁸ Informações fixadas na placa turística.

Figura 3 – Casa Fiori

Fonte: Acervo particular, 2023.

O Filó de Vila Flores, por sua vez, acontece na casa do Artesão Pedro Christianetti, edificado primeiro com bambu, varas de matos e telhado de capim. Em 1886, Pedro Christianetti construiu uma casa de tábuas com 5 metros de altura, telhado de zinco e 3 andares. Em 1999, a casa foi transportada pela prefeitura até o bairro São Luíz. Na parte superior da casa, está alocada a Secretaria de Turismo e Cultura (Setur) de Vila Flores, e no ambiente ao lado, funciona o comércio do artesanato local com trabalhos em barros, palhas e tecidos. Na parte inferior da casa ocorre o Filó de Vila Flores, à noite, mediante agendamento prévio, para, aproximadamente 40 pessoas participantes. Com duração de três horas o filó segue uma sequência de representações culturais, vivenciados pelos visitantes. Recebidos com muita alegria pelo grupo de atuação em trajes típicos, os turistas vivenciam a performance do filó que inclui apresentação de canções italianas, histórias sobre a imigração e colonização do município, oferta de um jantar com polenta e vinho, e encerramento com brincadeiras, anedotas e oração.

Vila Flores também tem como ponto turístico a *L'Arte Ceccato*, localizado na Linha Aimoré, um ateliê de arte em cerâmica com peças produzidas de forma artesanal. O ateliê fica na propriedade da família Ceccato, membros do grupo Filó de Vila Flores. O turista é convidado a visitar mandalas curativas e o relógio de ervas medicinais, além de ouvir histórias da família, mediante visita guiada e paga (Atuaserra, 2023).

Referente às capelas e campanários, destacam-se as que foram tombadas como patrimônio histórico municipal. Uma das mais importantes é capela de São Jorge. Em primeiro momento (1893), foi construído um pequeno capitel de madeira na comunidade. Contudo, em decorrência de infestação de gafanhotos em 1905, que ocasionou uma devastação nas plantações, os imigrantes se mobilizaram para a construção da gruta dedicada a Nossa Senhora de Lourdes em Veranópolis e para a construção da Capela de Pedra de São Jorge em Vila Flores como “pagamento de promessa pela salvação

da comunidade após o assalto dos gafanhotos” (Hoffmeister, 2017a, online). Inaugurada em 1916, a Capela de Pedra de São Jorge foi benta pelo Padre Mateus Pasquali. A estátua dedicada a São Jorge foi esculpida no próprio local, em cedro puro, pelo “santaro” Antônio Triches. Nos altares laterais foram esculpidos as imagens de Nossa Senhora do Rosário e de São José, também em cedro pelo mesmo santeiro, formando um conjunto de arte sacra (Hoffmeister, 2017a, online). A capela foi tombada como patrimônio histórico do município de Vila Flores pelo Decreto Executivo n.º 424, de 10 de maio de 1994, na administração do prefeito Antonio Costella e vice Dirceu Fiori¹⁰. A Capela fica localizada a 2 km de distância do centro de Vila Flores.

Figura 4 – Filó de Vila Flores



Fonte: Acervo particular, 2023.

9 Antônio Triches era o santeiro da região de Alfredo Chaves, um colono como os demais que desenvolveu habilidades de escultor. Ficou conhecido pela comunidade como “Santaro Triches” (Longhi; Rigo, 1981, p. 82).

10 Informações fixadas na placa indicativa junto à Capela.

Figura 5 – Capela de Pedra de São Jorge

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Localizado a 3 km de distância do centro de Vila Flores encontra-se a comunidade da Linha Aimoré que construiu a primeira capela em 1888, dedicada a Nossa Senhora da Saúde. Em 1942, foi construído o Campanário da Linha Aimoré. Além da Nossa Senhora da Saúde, a comunidade também tem como santo padroeiro São Valentim, protetor dos males da epilepsia. Nessa capela ocorriam bastantes encontros para jogar cartas, mora, bocha, realizar corridas de cavalo e os tradicionais filós (Longhi; Rigo, 1981). A comunidade da Linha Aimoré ainda mantém vivo os costumes de seus antepassados, como a realização da Via Sacra e a Procissão *Dei Ciaretti*. O campanário foi tombado em 22 de abril de 1999.

Figura 6 – Campanário da Linha Aimoré e a antiga Igreja

Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Na Linha Conde de Porto Alegre, a 8 km do centro de Vila Flores, localiza-se outro campanário de importância histórica, adjacente à Capela de São Lourenço, tombado em 22 de abril de 1999. O campanário foi construído no final do século XIX com a chegada dos imigrantes e reconstruída em 1961 com 25 m de altura. Os sinos foram fabricados em 1904 na Alemanha. São Lourenço pertencia ao município de Fagundes Varela no início da imigração italiana. No processo emancipatório, em 1988, a comunidade de São Lourenço passou a pertencer à Vila Flores (Hoffmeister, 2017b, online).

Figura 7 – Igreja e campanário da Capela São Lourenço



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Na linha Marechal Deodoro, a 5 km do centro de Vila Flores, encontra-se a Capela da Nossa Senhora do Caravágio. A comunidade formou-se com os primeiros imigrantes que chegaram no local em 1886, vindos de Treviso, comuna italiana da região de Vêneto. Chefiados por Pedro Carboneira, os imigrantes de um grupo de oito famílias realizaram a primeira prece embaixo de uma árvore sapopema. Na casca da árvore os imigrantes desenharam uma cruz em alto-relevo e “queimaram o sírio pascal, doado pelo pároco de Treviso, por ocasião de sua partida” (Longhi; Rigo, 1981, p. 50). A primeira Capela foi construída em tábuas serradas e recebeu a estátua de Nossa Senhora do Caravágio trazida da Itália. Em 1905 iniciou-se a construção da atual igreja, com tijolos fabricados a mão e paredes medindo 1 m de espessura. Sua inauguração ocorreu em 26 de maio de 1906. Os sinos do Caravágio colocados em um campanário externo foram trazidos da Alemanha entre 1927 e 1928 (Hoffmeister, 2017c, online). Em 30 de abril de 1999 foi tombado como patrimônio histórico pelo município.

Figura 8 – Capela Nossa Senhora do Caravágio (à esquerda) e a sapopema (à direita)



Fonte: Família Carbonera, [20--].

Outra Capela de importância histórica na região é a Igreja do Sagrado Coração de Jesus, edificada com pedras de taipa e decretada como patrimônio histórico do município, em 30 de abril de 1999. A capela localiza-se na Linha Visconde de Pelotas, a 5 km do centro da Vila, próximo ao rio Retiro (Hoffmeister, 2017d, online). Não há uma data precisa da inauguração da capela. A benção da inauguração foi feito pelo Pe. Mateus Pasquali. Os sinos para a capela foram trazidos por intermédio do Frei Ismael Reginatto em 1950. Na comunidade eram realizadas três festas: a festa do Sagrado Coração de Jesus, a festa de São José e a festa de Nossa Senhora do Monte Bérico (Longhi; Rigo, 1981).

Figura 9 – Capela Sagrado Coração de Jesus



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Localizado em Barro Preto, esquina Buarque de Macedo com Linha Marechal Deodoro, a 1 km de distância do centro pela BR 470, encontra-se o Marco da fé de Vila Flores, a Cruz de Ferro, tombado como patrimônio histórico, sendo edificado por iniciativa do padre Dom Mateus Pasquali para celebrar os mais de duzentos anos das Missões Jesuíticas no Brasil. O padre enviou uma carta para Roma solicitando ajuda financeira para a compra da cruz, que teve apoio do “Papa Leão XIII” (Hoffmeister, 2017e, online). A cruz foi confeccionada pelo ferreiro, Sr. Girardi, residente de Veranópolis. “Com o intuito de homenagear um velho amigo seu que cantava, costumeiramente, nas missas, o Padre Pasquali requisitou a colocação do símbolo religioso próximo à morada de Cornélio Posenato, em 1901” (Hoffmeister, 2017e, online).

Figura 10 – Antiga casa de pasto com a Cruz de Ferro (à esquerda), e a Cruz de Ferro atualmente (à direita)



Fonte: Secretaria de Turismo e Cultura de Vila Flores (Setur), [20--].

Em relação à arquitetura das capelas de imigração italiana Posenato (1983) classifica-as em quatro períodos. A primeira fase que se divide em período primitivo e apogeu: a) primitivo: são as primeiras capelas que foram construídas com madeira rachada ou serrada à mão; b) apogeu: “com paredes de madeira, tijolos domésticos ou pedra”. A arquitetura das capelas dessa fase apresenta duas formas de expressão: “inspiração clássica, derivadas da interpretação renascentista ou românica”, e, traço espontâneo de iniciativa da comunidade, com uma concepção mais livre sem “derivar do repertório erudito” (Posenato, 1983, p. 317-319).

A segunda fase corresponde à assimilação do gótico introduzido pelos capuchinhos franceses, tornando-se, desta forma, o neogótico, o padrão da arquitetura religiosa, com uma das características a apresentação de

arco ogival. Mas, como observa Posenato: “Muitas capelas deste período, em paredes rebocadas, representam arquitetura aculturada” (Posenato, 1983, p. 322). Essa segunda fase apresenta dois períodos: o tardio que se estende até a época do Concílio Vaticano II, com “tendência ao grotesco das formas derivadas do gótico e na mão-de-obra mais grosseira, como na volta ao uso da madeira” (Posenato, 1983, p. 323), e o maneirismo gótico. Por outro lado, as capelas construídas após o Concílio Vaticano II “perderam toda a relação com a imigração italiana, a não ser eventuais campanários separados” (Posenato, 1983, p. 325). As matrizes construídas nas regiões de imigração italiana eram projetados pelos vigários baseados em outras igrejas de estilos históricos. Esses estilos dependiam das origens dos vigários: “se italianos, inspiravam-se no românico, renascentista e bizantino; se franceses (capuchinhos), no gótico” (Posenato, 1983, p. 327).

Assim como, a arquitetura das capelas apresenta suas formas de expressões, a formação social em torno das capelas também apresenta relações simbólicas com elementos de valores culturais locais. Destaca-se a presença da Vila Capuchinhos; a produção de artesanatos locais representando os saberes e os modos de fazer da comunidade local; a preservação da paisagem natural; além dos referenciais culturais presentes nas canções italianas e gauchescas (hibridismo cultural) e das histórias lembradas na performance do Filó de Vila Flores. Tais recursos patrimoniais dialogam com o contexto da cultura de matriz italiana, entrelaçados com o patrimônio tangível e intangível, de modo a transmitir o espírito do lugar (Icomos, 2008), e favorecer o turismo local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em avaliação ao desenvolvimento do turismo em Vila Flores, entrelaçando conceitos de patrimônio, turismo cultural e de experiência, verifica-se que o município em sua totalidade é um recurso patrimonial com relevante potencial turístico graças aos seguintes fatores: a situação relativamente próxima da capital estadual, a inserção na região da serra gaúcha, já consagrada como de alto interesse turístico nacional, e as paisagens e o patrimônio que oferecem conhecimento e vivências relacionados a cultura da migração italiana mostrando uma faceta singular do sul do Brasil. Tais aspectos podem ser analisados com o tombamento de capelas de importância histórica; da transformação da Vila Capuchinhos em um complexo turístico; de casas de famílias adaptadas como espaços turísticos, a exemplo, da Casa Fiori e da L'Arte Ceccato; da reinterpretação de referenciais culturais da cultura de matriz italiana por meio do Filó de Vila Flores; e da meta do plano municipal em viabilizar a candidatura de Vila Flores à chancela de

Paisagem Cultural, junto ao IPHAN.

A participação do município em uma associação de promoção e gestão como Atuaserra, facilita o trabalho em rede e o estabelecimento de circuitos curtos, aonde cada lugar tem suas especificidades que lhes outorgam singularidade. Nesse sentido, a perspectiva de uma governança sustentável para a preservação e valorização de tradições culturais no contexto do turismo cultural e de experiência, sobretudo por meio projetos pioneiros como o *Tour da Experiência*, prevê uma gestão estratégica integrada e articulada, em uma rede de cooperação entre poder público, privado e a comunidade local, consolidando um verdadeiro ecossistema regional de turismo. É, portanto, basilar que grupos sociais e culturais estejam inseridos em uma abordagem participativa.

Por outro lado, o uso do patrimônio histórico, natural, cultural para fins turísticos precisa estar alinhado com as boas práticas de preservação e políticas culturais. A relação entre turismo e patrimônio deve ser avaliada com cautela, de modo a considerar os possíveis riscos de destinos turísticos produzirem experiências artificiais que possam descaracterizar a essência dos fluxos culturais¹¹ locais, transformando os patrimônios e as tradições em uma espécie de ‘McDonaldização’. Se, por um lado, o turismo fomenta a possibilidade de obter recursos financeiros para a preservação e difusão dos recursos patrimoniais, por outro, o patrimônio, como recurso turístico, pode acarretar espetacularização cultural. Para que os esforços na preservação do patrimônio cultural tenham sentido, o contato do visitante com o recurso patrimonial deve transcender a superficialidade fugaz das *selfies*. É importante que o patrimônio cultural seja usufruído de maneira contextualizada, com informação precisa e responsável, sem ser entregue, vendido e consumido nos termos de um turismo que o “despoja de significância” e nega sua impreterível dimensão crítica (Oliveira; Durán Rocca, 2020, p. 60).

Embora os orçamentos municipais sejam limitados, deve-se priorizar a manutenção e qualificação de espaços e equipamentos culturais de propriedade pública. Além da criação de espaços coletivos atrativos à demanda turística, esses investimentos beneficiam principalmente a popu-

11 Conforme salienta Albuquerque Jr.: “O que chamamos de cultura, conceito que por seu uso no singular já demonstra sua prisão à lógica da identidade, é, na verdade, um conjunto múltiplo e multidirecional de fluxos de sentido, de matérias e formas de expressão que circulam permanentemente, que nunca respeitaram fronteiras, que sempre carregam em si a potência do diferente, do criativo, do inventivo, da irrupção, do acasalamento. Na verdade nunca temos cultura: temos trajetórias culturais, fluxos culturais, relações culturais, redes culturais, conexões culturais, conflitos, lutas culturais. As classes ou grupos sociais hegemônicos é que, muitas vezes, querem fazer de suas manifestações culturais a cultura” (Albuquerque Jr., 2007, p. 17).

lação local. A existência de recursos patrimoniais não implica necessariamente que haja uma relação positiva entre turismo e patrimônio, porém, este deve ser o objetivo a ser almejado. Nesse sentido, aos gestores culturais compete o importante compromisso em articular o equilíbrio entre patrimônio e turismo para avaliar e mitigar os possíveis riscos, levando em consideração as recomendações das cartas e declarações patrimoniais propostas por instituições como ICOMOS e UNESCO.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil. In: MAR-CHIORI, Gisele (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult).
- ALMEIDA, Marcelo Vilela. *Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-04082009-223555/pt-br.php>. Acesso em: 06 set. 2024.
- ATUASERRA. *Governança regional uva e vinho*. 2022. Disponível em: <https://www.atuaserra.com/governanca>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ATUASERRA. *Atelier L'arte Ceccato*. 2023. Disponível em: https://www.serra-gaucha.com/estabelecimento_detalhes.php?slug=76_atelier-larte-ceccato. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1982.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Tour da experiência: cartilha completa*. Brasília: Instituto Marca Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2024.
- BRITO, Marcelo. A certificação de destinos patrimoniais na qualificação do turismo cultural no Brasil. In: BRITO, Marcelo (Org.). *Dimensão turística no Brasil e região Sul: oportunidades e desafios para a gestão patrimonial*. *Revista do Patrimônio do IPHAN*, Brasília, DF, n. 40, p. 31-56, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista-dopatrimonio40web.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- COSTA, Rovílio. *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.
- CURY, Isabelle (Org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

- FAMIGLIA CARBONERA. Álbum de fotos: outras imagens. [20--]. Disponível em: <http://www.familiacarbonera.com.br/albuns-de-fotos/outras-imagens-32>. Acesso em: 06 set. 2024.
- FERREIRA, Ana Maria. Turismo, cultura e regeneração urbana: o renascimento das pequenas e médias cidades. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n. 20, p. 31-39, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.34624/rtd.voi20.12455>. Acesso em: 06 set. 2024.
- FIORI, Salete. *Entrevista* [abril 2024]. Entrevistadora: Sandra Beatriz Rathke. Vila Flores, 2024.1 arquivo. mp4 (40 min).
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>. Acesso em: 07 jun. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Igreja de Pedra de São Jorge*. 2017a. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-de-pedra-de-sao-jorge-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Campanário da Capela de São Lourenço*. 2017b. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/campanario-da-capela-de-sao-lourenco-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Sinos de Caravágio*. 2017c. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/sinos-de-caravagio-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Capela Sagrado Coração de Jesus*. 2017d. Disponível em: <https://termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/igreja-do-sagrado-coracao-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- HOFFMEISTER, Guilherme. *Cruz de ferro*. 2017e. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/cruz-de-ferro-vila-flores>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Vila Flores: história e fotos*. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/historico> Acesso em: 09 jun. 2024.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Vila Flores: panorama: população*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/vila-flores/panorama>. Acesso em: 04 jun. 2024.

- ICOM-INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. *Carta de Atenas*. Atenas: ICOM, 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 2.º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. *Carta de Veneza*. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. Veneza: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 3.º Colóquio Interamericano sobre Conservação do Patrimônio Monumental “Revitalização das Pequenas Aglomerações. *Declaração de Tlaxcala*. México: ICOMOS, 1982. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Tlaxcala%201982.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. 16.ª Assembleia Geral do ICOMOS. *Declaração de Québec*. Sobre a preservação do “*Spiritu loci*”. Quebec: ICOMOS, 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 19 mar. 2024.
- JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n. 8, p.32-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229>. Acesso em: 06 set. 2024.
- JENSEN, Rolf. *The dream society: how the coming shift from information to imagination will transform your business*. New York: McGraw-Hill. 1999.
- LONGHI, Orildo; RIGO, Adelar. *Pinheiro Seco: os italianos de Vila Flores*. Porto Alegre: EST, 1981.
- OEA-ORGANIZATION OF AMERICAN STATES. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. *Normas de Quito*. Punta Del Leste: O.E.A, 1967. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- OLIVEIRA, Leonardo Valerão; DURÁN ROCCA, Luisa. Turismo e patrimônio em pequenos centros e povoados históricos: quatro casos sul-brasileiros. *Revista Iberoamericana de Turismo*, RITUR. v. 10. n. 2, p. 36-60,

2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/10336>. Acesso em: 05 set. 2024.
- PINE II, B. Joseph.; GILMORE, James H. Welcome to the experience economy. *Harvard Business Review*, v. 76, n. 4, p. 97-105, 1998. Disponível em: <https://hbr.org/1998/07/welcome-to-the-experience-economy>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- PINE II, B. Joseph.; GILMORE, James H. *The experience economy: work is theatre & every business a stage*. Boston: Harvard Business School Press, 1999.
- POSENATO, Júlio. *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1983. (Assim vivem os italianos, 4).
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. *Lei municipal 2541, de 05 de julho de 2022*. Institui o Talian, Vêneto Brasileiro, como a segunda língua oficial do município de Vila Flores. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/v/vila-flores/lei-ordinaria/2022/255/2541/lei-ordinaria-n-2541-2022-institui-o-talian-veneto-brasileiro-como-a-segunda-lingua-oficial-do-municipio-de-vila-flores>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA FLORES. *Lei Municipal nº 2.625, de 30 de maio de 2023*. Institui o plano municipal de cultura de Vila Flores para o decênio 2023-2033. Disponível em: <https://www.vilaflores.rs.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal/leis-2023/lm-no-2625.pdf/view>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- RIO GRANDE DO SUL. *Lei nº 14.949, de 10 de novembro de 2016*. Declara o Município de Vila Flores Capital Estadual do Filó. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2016. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.949.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- RIVERA MATEOS, Manuel. El turismo experiencial como forma de turismo responsable e intercultural. In: *Relaciones culturales en la diversidad*. II Jornada sobre investigación e innovación para la interculturalidad. Córdoba, p. 199-217, 2013. Disponível em: <https://helvia.uco.es/handle/10396/14871>. Acesso em: 06 set. 2024.
- RODRIGUES, Ana Paula; VIEIRA, Isabel; TEIXEIRA, Mário Sérgio. Pequenas cidades históricas e seus visitantes: aplicação a uma cidade histórica do Norte de Portugal. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, v. 13, n. 3, p. 521-540, 2014. Disponível em: <https://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/422>. Acesso em: 04 set. 2024.
- SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huma-

- nas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27122006-104748/publico/TeseSimoneScifoni.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.
- SCHNEIDER, Cristina Seibert. *As cidades de tempos lentos: o patrimônio cultural entre sinais de letargia e lucidez*. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172316>. Acesso em: 05 set. 2024.
- SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA DE VILA FLORES (SETUR). *Anejos tombamentos*. [20--]. [Documento disponibilizado pela SETUR].
- SILVA, Elsa Peralta da. Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural. *ANTROPOLógicas*, n.4, p.217-224, 2000. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/issue/view/89>. Acesso em: 12 out. 2023.
- SOUZA, Alessandra; SAAD, Marcela. *Tour da experiência: estudo de caso*. Ministério do Turismo (Brasil); Sebrae Nacional; Instituto Marca Brasil. 2010. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/economia-da-experiencia/estudo_de_caso_tour_experiencia.pdf. Acesso em: 08 out. 2023.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 17.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: UNESCO, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 19.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Recomendação de Nairóbi*. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Nairóbi: UNESCO, 1976. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.
- UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. 32.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio imaterial*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000132540_por. Acesso em: 25 jul. 2023.
- UNESCO- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Recomendação sobre a paisagem histórica urbana*.

Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

UNESCO-UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION; ICCROM-INTERNATIONAL CENTRE FOR THE STUDY OF THE PRESERVATION AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY; ICOMOS-INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES . *Conferência de Nara*. Conferência sobre autenticidade em relação a convenção sobre Patrimônio Mundial. Japão: UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>. Acesso em: 05 set. 2024.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

VILA CAPUCHINHOS. *Complexo turístico*. 2023. Disponível em: <https://www.vilacapuchinhos.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Recebido em: 28/07/2024

Aceito em: 18/09/2024